

PLÁGIO NA ACADEMIA: CASOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS

GERAIS

PLAGIARISM IN THE ACADEMIA: CASES IN THE FEDERAL UNIVERSITY OF

MINAS GERAIS

**PLAGIO EN LA ACADEMIA: CASOS DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE MINAS
GERAIS**

SILVEIRA, Zélia Pires da
Zelia.psilveira@gmail.com

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
<http://orcid.org/0000-0003-3539-4962>

ARRUDA, Eucídio Pimenta
eucidio@gmail.com

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
<http://orcid.org/0000-0002-9201-6530>

ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta
durcelina@gmail.com

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
<http://orcid.org/0000-0003-1514-3461>

RESUMO: Com a facilidade de acesso às tecnologias de informação, questões como plágio, ética e integridade na pesquisa têm sido motivo de preocupação nas instituições de ensino superior. A abordagem dessa temática fez parte de uma pesquisa realizada nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Federal de Minas Gerais, com o objetivo de verificar como esses Programas têm acompanhado e discutido estas questões no desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos. No levantamento dos dados, obtidos por meio de uma análise documental qualitativa, buscou-se avaliar como as questões referentes ao plágio para a formação dos discentes em ética e integridade da pesquisa têm sido abordadas e enfrentadas e, ainda, como ocorre o processo de autoria dos alunos no desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos. O resultado da pesquisa realizada é preocupante, pois indica que a Universidade não possui políticas institucionais de enfrentamento e combate ao plágio, demonstrando a necessidade de promover ações para diagnosticar o plágio e tomar medidas educativas, preventivas e corretivas, de acordo com o caso.

Palavras-Chave: Ética e integridade na pesquisa. Formação docente e discente. Plágio.

ABSTRACT: With the ease of access to information technologies, issues such as plagiarism, ethics and research integrity has been cause for concern in higher education institutions. This thematic approach was part of a research in the *stricto sensu* Postgraduate Programs of Federal University of Minas Gerais, with the objective



of verifying how these Programs have accompanied and discussed these issues in the developments of academic papers. In the data collection, obtained through a qualitative documental analysis, I sought to assess how issues related to plagiarism for the formation of the students in ethics and research integrity have been approached and faced, and also, as to how the process of authorship of the students occurs in the development of academic papers. The result found in the survey is worrying, because it indicates that the University doesn't have institutional policies of tackling and fighting off plagiarism, showing the need to promote actions to diagnose plagiarism and take educational measures, preventive or corrective, according to each case.

Keywords: Ethics and research integrity. Plagiarism. Teacher and student formation.

RESUMEN: Con la facilidad de acceso a las tecnologías de la información, cuestiones como el plagio, la ética y la integridad de la investigación han sido motivo de preocupación en las instituciones de educación superior. El enfoque de este tema forman parte de una investigación realizada en los Programas de Postgrado *Stricto Sensu* de la Universidad Federal de Minas Gerais, con el propósito de verificar cómo estos programas han seguido y discutido estos temas en el desarrollo de trabajos académicos. En la encuesta de los datos, obtenida a través de un análisis documental cualitativo, buscamos evaluar cómo se han abordado y enfrentado las preguntas relativas al plagio para la formación de estudiantes en ética e integridad de la investigación y, aún, ¿cómo se produce el proceso de autoría de estudiantes en el desarrollo del trabajo académico? El resultado de la investigación realizada es preocupante, ya que indica que la Universidad no cuenta con políticas institucionales para hacer frente y combatir el plagio, lo que demuestra la necesidad de promover acciones para diagnosticar el plagio y tomar medidas educativas, preventivas y correctivas, según el caso.

Palabras clave: Ética y Integridad en la Investigación. Formación Docente y Discente. Plagio.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho foi em avaliar a forma como os cursos de Pós-Graduação da UFMG têm enfrentado a questão do plágio no desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos e quais são as diretrizes institucionais dos Órgãos de Deliberação Superior, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho Universitário, referentes à prevenção e combate ao plágio, aos direitos autorais e à ética e integridade na pesquisa no âmbito da Universidade, considerando o seu papel institucional na formação dos alunos. De forma específica, a pesquisa buscou avaliar quais políticas institucionais relacionadas aos direitos autorais, à ética e à integridade na pesquisa têm sido implementadas e quais são as ações para prevenir e combater o plágio. Foram identificadas denúncias de plágios em dissertações e teses nos



Programas de Pós-Graduação e analisados os procedimentos adotados pelos órgãos superiores da Universidade na condução dos processos de plágio.

No percurso de desenvolvimento do trabalho, consideramos questões pertinentes tais como as estratégias para lidar com o plágio e a ética e a integridade na pesquisa; a existência ou não de diretrizes institucionais sobre esses temas; as práticas de formação docente e discente sobre o assunto.

A partir desses elementos, optamos por um percurso metodológico que consistiu em uma análise documental, de natureza qualitativa, tomando por base os sites dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e da UFMG. Foram analisadas as atas das reuniões e resoluções dos Colegiados de Cursos de Pós-Graduação e dos Órgãos Superiores da Universidade, para mapear e avaliar institucionalmente a forma como esses órgãos têm enfrentado a questão do plágio, da ética e das más práticas de pesquisa. Esses documentos registram as decisões tomadas em reuniões desses Órgãos. Para mapear e avaliar a forma como os Colegiados de Cursos e os Órgãos Superiores têm enfrentado a questão do plágio, da ética e das más práticas de pesquisa, foi realizado um levantamento das Atas de reuniões disponibilizadas nos sites dos Programas de Pós-Graduação e dos Órgãos de Deliberação Superiores da UFMG, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho Universitário. No total, foram analisadas 822 Atas de reuniões dos colegiados de cursos.

A pesquisa teve por objetivo buscar quaisquer registros referentes ao plágio, autoplágio, ética e integridade na pesquisa, disponibilizados para os discentes e docentes, bem como informações referentes à formação discente. O acesso aos sites ocorreu no período de maio a agosto de 2017. Na busca de informações, os alvos foram as Atas de reuniões e Resoluções dos Colegiados, mas também as informações disponibilizadas no próprio site.

Do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e do Conselho Universitário também foram analisadas Atas, Resoluções e Decisões disponibilizadas no site da Secretaria dos Órgãos Superiores (SODS). Do CEPE, constam informações referentes às Decisões do período 1999 a 2015, Resoluções, do período de 1999 a 2017 e Atas de reuniões, do período de 2010 a 2017. Sessenta Atas que estavam disponíveis foram analisadas. Em relação às deliberações do Conselho Universitário constam registros de Decisões, do período de 1999 a 2014, Resoluções, do período



de 1999 a 2017 e Atas, de 2010 a 2015. Todos os documentos foram analisados. Setenta e nove Atas de reuniões do Conselho Universitário estavam disponíveis no site da SODS no período considerado.

Vale ressaltar que o objetivo inicial era delimitar um período de tempo para buscar o registro de informações e de documentos referentes aos temas em estudo. No entanto, tendo em vista que os documentos são disponibilizados de forma intermitente nos sites dos Programas de Pós-Graduação e, também, que grande número de sites estão desatualizados ou, ainda, em construção, todas as informações disponíveis foram consideradas e analisadas nesta pesquisa.

Buscou-se, ainda, analisar o conteúdo das disciplinas de Metodologia de Pesquisa, ou disciplinas similares, ofertadas pelos programas aos alunos de Pós-Graduação, com o objetivo de verificar a abordagem dos temas estudados nessa pesquisa, em especial “plágio”, “autoplágio”, “ética” e “integridade na pesquisa”. Para essa análise, foi solicitado aos cursos o programa/plano de ensino, a ementa e a bibliografia dessas disciplinas. Dos 87 programas, 31 responderam à pesquisa, o equivalente a 35,63%. Todavia, com o objetivo de complementar a pesquisa, foi realizada uma busca no Sistema de Gestão Acadêmica da Pós-Graduação¹ da UFMG, verificando quantos programas possuem em suas grades curriculares a disciplina de Metodologia de Pesquisa e, também, disciplinas que abordam a questão da ética.

2 PLÁGIO NA ACADEMIA: ASPECTOS CONCEITUAIS

Com o constante aumento no volume das pesquisas e as facilidades de acesso e manipulação da informação, a questão do plágio, dos direitos autorais e da ética nas pesquisas científicas, bem como da falta de punição para os casos apurados de plágio na academia, tem sido cada vez mais discutida no meio científico, sobretudo pelos Institutos de pesquisa do país e do mundo, preocupados com a credibilidade das pesquisas e com o desenvolvimento da ciência. No entanto, apesar de a maioria das

¹ Sistema de Gestão Acadêmica da Pós-Graduação: sistema de gestão acadêmica que possibilita o registro das principais atividades acadêmicas dos programas de Pós-Graduação da UFMG, tais com: matriz curricular, registro, matrícula e histórico escolar dos alunos, professores credenciados, dentre outras.



pesquisas ocorrerem dentro das Universidades, principalmente nos programas de Pós-Graduação, esses temas ainda têm sido pouco discutidos por seus gestores, docentes e discentes.

A pesquisa realizada por Krokosczy (2011) constatou isso. O autor realizou um estudo para verificar como o plágio era abordado nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil, considerando as informações disponíveis em suas *homepages*. As instituições foram selecionadas de acordo com o *Webmetrics Ranking of World Universities*, elaborado pelo *Cybermetrics Lab* (2009). O ranking é realizado considerando:

[...] desempenho, visibilidade e impacto das universidades na internet, aferidos com base em indicadores como volume de documentos publicados, ligações externas, formatos de arquivos publicados e quantidade de citações a eles relacionados. Também são critérios de avaliação: comprometimento de professores e alunos; produção, resultado e aproveitamento de pesquisas; e o prestígio da instituição. (CYBERMETRICS LAB, 2009 *apud* KROKOSCZY, 2011, p. 746).

No Brasil, as instituições avaliadas foram a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O trabalho de Krokosczy demonstrou que “a forma como o plágio acadêmico vem sendo enfrentado pelas instituições de ensino no Brasil pode ser considerado, da melhor forma, muito incipiente, e da pior forma, chega a ser constrangedor” (KROKOSCZY, 2011, p. 760). Esse estudo deixou clara a importância e a necessidade de promover uma discussão ampliada nas universidades para diagnosticar o plágio e tomar medidas institucionais preventivas e corretivas.

Ainda segundo Krokosczy (2015), após um estudo realizado com trabalhos científicos publicados numa base de indexação da área de ciências sociais e submetida uma amostra a um detector de plágio, constatou que 65% dos trabalhos publicados continham plágio e fez a seguinte observação:

A literatura internacional sobre o plágio reitera que o plágio no âmbito acadêmico tem nuances diferentes do plágio editorial, por exemplo. Sendo assim, embora o problema da redundância (autoplágio) seja inconcebível do ponto de vista editorial, no meio acadêmico é reprovável por causa do mérito associado ao ineditismo científico. Então, o problema maior do plágio acadêmico se refere ao comprometimento da reputação de quem escreve ou publica (KROKOSCZY, 2015, s.p.).

O plágio também tem sido discutido por diversos autores que abordam temas



sobre os direitos autorais, a propriedade intelectual, a ética na pesquisa, bem como a falta de punição para quem comete plágio. Na visão de Simões (2012), o plágio ocorre no ambiente acadêmico pela facilidade e pela ausência de ética dos alunos, pela falta de atenção dos professores para essa prática e, também, pela impunidade. Para o autor, a prática do plágio não é condizente com o ambiente universitário. Nesse sentido, o autor entende ser essencial que

[...] as Instituições de Ensino adotem políticas institucionais que abordem esse tipo de problema, propondo ações que derivem no esclarecimento dos discentes e docentes, assim como voltadas à prevenção dessa prática, e, finalmente, condutas aptas a coibir e punir os que, deliberadamente, incorrem em tal delito (SIMÕES, 2012, s.p.).

Para as autoras Diniz e Munhoz (2011, p. 16), a prática de plágio, “principal expressão de covardia criativa ou preguiça intelectual”, é uma “tentação” para o jovem escritor na busca de um estilo próprio. Nesse caso, podemos comparar o jovem escritor com os alunos de graduação ou de Pós-Graduação, que devem ter cuidado para não *caírem na tentação* de plagiar na realização de seus trabalhos acadêmicos, tendo em vista a facilidade de acesso a textos de diferentes autores no meio digital. Para as autoras, o plágio é um dano para o aluno, uma vez que se descoberto pode ser reprovado, mas se não for identificado não alterou o seu potencial intelectual.

Pithan e Vidal (2013) consideram que o plágio é, acima de tudo, uma questão ética e destacam a importância da Universidade, em sua função educativa, para o desenvolvimento de pesquisas científicas que versem sobre a integridade ética. Entretanto, as autoras entendem que o plágio também é um problema jurídico e pedagógico. Judicialmente, destacam que o pesquisador deve se pautar pela ética, considerando os deveres fixados na Constituição Federal, na Lei de Direitos Autorais e no Código Civil. Pedagogicamente, destacam que ações educativas como a inclusão de disciplinas de metodologia científica na grade curricular, além de uma interação mais ativa por parte do orientador do aluno devem ser estimuladas, visto que estes têm mais condições de exercer uma atividade pedagógica e educativa.

A Universidade é um espaço contínuo de produção do conhecimento, que oferece aprendizagem significativa para a formação dos alunos e possui grande relevância para a sociedade. No ambiente universitário, os docentes exercem um papel estratégico, visto que agem como principais atores na construção do



conhecimento dos alunos, futuros profissionais que atuarão no mercado de trabalho. Por isso, a importância de pensar políticas institucionais para abordar, discutir e refletir acerca das más práticas na pesquisa – como o uso do plágio e do autoplágio – e da construção da produção autoral. Dessa forma, utilizar o espaço da Pós-Graduação é ideal, considerando o número de discentes, docentes e pesquisas desenvolvidas nos programas, é uma oportunidade para ressaltar a importância dos professores e orientadores na formação de seus alunos, formação essa que influencia não só a forma como o aluno irá lidar com as questões éticas relacionadas à pesquisa, mas também em sua vida profissional e social.

Pela proximidade na relação, a formação dos alunos sofre influência contínua dos docentes, visto ultrapassar os procedimentos educativos, considerando que exige alguns princípios didáticos, pedagógicos e éticos, previstos na própria conduta docente, que inspiram, por consequência, a conduta dos alunos. Por isso, é imprescindível refletir sobre estas questões, desenvolvendo uma consciência crítica nos alunos em formação, futuros profissionais, que também serão formadores de outros profissionais.

Pensar políticas institucionais é ressaltar continuamente as boas práticas na pesquisa e a importância da construção autoral no ambiente acadêmico. Trata-se de um desafio constante para a Universidade e para o professor, que exerce, este último, um papel fundamental na aplicação das práticas pedagógicas que garantem o processo de aprendizagem pautado em valores éticos. Demo (2011) reforça a importância da instituição escolar e do professor na formação permanente. Para o autor, o aluno

[...] precisa encontrar no professor o seu “*coach*” socrático, que o orienta a estudar sistematicamente e sempre de maneira autopoietica, reconstrutiva. O aluno pode aprender muito, se puder contar com um professor que sabe aprender bem. O aluno poderá produzir textos próprios e, assim tornar-se autor, se tiver à sua frente um professor capaz de texto próprio. Por certo, as oportunidades de aprendizagem reconstrutiva não se reduzem ao relacionamento com o professor, até porque formação permanente desborda sempre os limites da escola. Aprender bem depende de infinitos fatores, dentro e fora da escola, mas depende em particular do ambiente escolar, no qual o aluno deveria encontrar todos os incentivos possíveis e imagináveis que o levassem a constituir-se sujeito capaz de história própria. (DEMO, 2011, p. 49)

A Universidade deve ter a preocupação constante com a formação



academicamente qualificada, mas também com a formação ética dos alunos, uma vez que essa formação reflete na postura e conduta dos futuros profissionais nos aspectos sociais. Nesse sentido, é importante destacar o papel da Universidade para lidar com a questão do plágio, da ética e da integridade na pesquisa no ambiente acadêmico, tendo em vista que cabe à instituição a responsabilidade de formar os futuros profissionais de todas as áreas do conhecimento, que atuarão no mercado de trabalho.

A função que o professor exerce na formação dos alunos é fundamental e tão importante quanto à da instituição, visto que tem que manter alguns princípios éticos, didáticos e pedagógicos na sua própria conduta, servindo de exemplo para o aluno. Por isso, é importante que os professores tenham consciência do papel que desempenham, já que, além da responsabilidade de ensinar as profissões do futuro, podem influenciar na conduta de seus alunos.

Tratar de plágio, ética e integridade na pesquisa é complexo e esse estudo pretende colocá-los em evidência na academia. A intenção é suscitar uma discussão na UFMG, de forma ampliada e institucional, abordando os temas como autoria e direitos autorais, a ética e integridade na pesquisa, bem como o papel do professor na formação discente.

3 O PAPEL SOCIAL DOS DIREITOS AUTORAIS NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

A discussão sobre os direitos do autor é constante e ganhou força com o advento da internet e o surgimento de uma nova era, a digital, novas formas de comunicação e compartilhamento de ideias e de conteúdo. Já se discute que a Lei 9.610, que legisla sobre direitos autorais e dá outras providências, criada quando a internet não tinha a dimensão de hoje, está, em muitos pontos, obsoleta e defasada, já que não contempla e não protege o autor e sua obra em várias categorias, tais como criação literária, científica, musical e artística e, por isso, necessita de revisão em várias dimensões (LOTT, 2011).

No âmbito da Universidade, a produção intelectual – obras literárias, artísticas e científicas – é de grande magnitude e relevância para a produção do conhecimento. Por esse motivo, a lei de direitos autorais tem importância em particular para a



academia, uma vez que preserva o direito dos autores, que delas podem tirar vantagens financeiras e econômicas. Contudo, não podemos deixar de lembrar o papel social da Universidade, principalmente da Universidade pública, responsável por boa parte das pesquisas realizadas no país, desenvolvidas, por sua vez, com recursos públicos. Portanto, é oportuno registrar a concepção que Fávero (1999) tem de Universidade:

[...] instituição dedicada a promover o avanço do saber e do saber-fazer; ser o espaço da invenção, da descoberta, da teoria, de novos processos; o lugar da pesquisa, buscando novos conhecimentos, sem a preocupação compulsória de sua imediata aplicação; deve ser o lugar da inovação, onde se busca a descoberta de tecnologias e de soluções de problemas que a realidade social apresenta. Deve ser o âmbito da socialização do saber, na medida em que divulga conhecimentos (FÁVERO, 1999, p. 250).

Ainda segundo Fávero (1999), o conhecimento produzido na Universidade está profundamente enraizado na vida dos homens, sendo determinado pelo momento histórico e social. Por isso, é importante conciliar os direitos do autor com os direitos da sociedade em geral. No entanto, a lei de direitos autorais preserva os direitos do autor em detrimento da função social. Para Alves (2010, p. 155), “é preciso que haja um equilíbrio entre os direitos do inventor e os direitos da sociedade, que deve ter garantido o acesso à tecnologia e à informação, principalmente aquela ligada a relevantes interesses coletivos, como a saúde”. Deste modo, vale destacar o que Alves (2010, p. 156) entende por função social:

Mas o que significa dizer que a obra autoral já carrega função social em si mesma? Acredita-se, erroneamente, que a função social do direito de autor se encerra com a mera proteção do direito individual do criador. Ora, garantir direito aos autores não é um fim em si mesmo, mas antes um instrumento a serviço do estímulo à produção e difusão do conhecimento em benefício da coletividade. São entendimentos como esse que tornam o direito do autor absoluto, ou “quase” absoluto.

Oliveira (2011, p. 7) corrobora a ideia de que o direito do autor deve estar ligado ao direito social, afirmando que

[...] a função social do direito do autor perpassa pela importância em estimular a criação intelectual na coletividade, para tanto, a função do direito de autor é promover o desenvolvimento cultural, científico, artístico e proporcionar à sociedade acesso às obras autorais.



Em suma, a Universidade possui uma função social e o seu papel na sociedade é de produzir e transmitir o conhecimento, contribuindo, assim, para o desenvolvimento social, cultural, econômico e tecnológico do país. Nesse sentido, é importante conciliar os direitos do autor com sua função social de autor, sem, contudo, restringir o acesso à educação, à cultura e à informação.

É preciso reconhecer, ainda, os avanços e as conquistas dos direitos autorais ao longo da história, tanto para os autores, quanto para a sociedade em geral. Contudo, com o surgimento da internet e o avanço das tecnologias de informação, alguns aspectos da lei de direitos autorais ficaram obsoletos e necessitam de revisão. Nesse contexto, uma discussão que precisa ser feita refere-se à função social do autor, no sentido de conciliar os direitos do autor com os direitos da sociedade de ter acesso às obras e criações literárias, científicas, musicais e artísticas.

Nesse sentido, considerando que o ambiente acadêmico é um espaço de criação e produção do conhecimento, o envolvimento e a participação da Universidade, nessa discussão, são de suma importância, tendo em vista o papel que exerce na sociedade. Esses elementos nos permitiram tecer considerações acerca dos dados encontrados, conforme demonstrado a seguir.

4 DIMENSÕES DO PLÁGIO NA ACADEMIA: O CASO UFMG

Antes de iniciar a discussão dos resultados obtidos, julgamos oportuno oferecer uma visão geral da Pós-Graduação da UFMG, visto que seus programas foram parte do objeto de estudo das pesquisas realizadas.

4.1 Os programas de pós-graduação da UFMG

A Pós-Graduação na UFMG teve início na década de 60, com exceção do Doutorado em Direito que foi criado já no ano de 1931. A UFMG conta atualmente com 87 programas de Pós-Graduação, sendo 69 cursos de doutorado acadêmico, 75 de mestrado acadêmico e 11 de mestrado profissional, abrangendo todas as áreas do conhecimento, que envolvem mais de 9.000 alunos e cerca de 1.900 professores orientadores credenciados como permanentes ou colaboradores. Todos os



professores, permanentes ou colaboradores devem ter o título de doutor e comprovar produção intelectual relevante na área, de acordo com os critérios estabelecidos pelos colegiados de cursos.

Desde a implantação dos cursos até o ano de 2014, foram defendidas 24.047 dissertações e 7.589 teses. No período analisado, de 2005 a 2014, foram defendidas 14.160 dissertações e 5.294 teses.

Na UFMG, o número de artigos publicados é crescente, passando de 2.639 artigos em 2004 para 4.302 em 2014, o que corresponde a um aumento de 61%. Grande parte desses artigos é publicada em revistas e periódicos da própria instituição. Hoje, a UFMG possui 62 revistas e periódicos vinculados a Departamentos e Programas de Pós-Graduação. Esses números, dentre outros índices, colocam a UFMG em destaque no cenário nacional e internacional, tendo em vista a excelência das pesquisas realizadas, principalmente nos Programas de Pós-Graduação. Essa excelência pode ser constatada nos resultados apresentados nas avaliações realizadas, pela Capes, dos Programas de Pós-Graduação do país. A UFMG, na avaliação do quadriênio 2013-2016, última realizada, teve 68,4% dos programas avaliados com conceitos 5, 6 e 7, sendo que os conceitos 6 e 7 (42,6%) demonstram que o nível de internacionalização desses programas é excelente. Nesses dados, consideramos apenas os Programas da própria UFMG, total de 84, tendo em vista que três mestrados profissionais são ofertados em rede nacional e têm sedes em outras instituições do país.

5 DA PESQUISA E DOS RESULTADOS

Como já mencionado, para a obtenção de dados utilizamos a pesquisa documental qualitativa e, nesse percurso, analisamos todos os documentos disponíveis nos sites dos programas de Pós-Graduação, tendo em vista a intermitência de documentos disponibilizados. O total de 822 Atas de reuniões de Colegiados de Cursos foi analisado com o intuito de verificar a forma que vem sendo discutida a questão do plágio no meio acadêmico.

Analisamos os sites de 87 Programas de Pós-Graduação, dentre os quais dezesseis programas (18,40%) disponibilizam algumas Atas de reuniões do



Colegiado, sendo que seis desses programas (6,89%) possuem algum tipo de registro sobre plágio nas Atas do Colegiado.

Trinta programas (34,48%) registram em seus sites algum tipo de informação sobre plágio, ética, boas práticas na pesquisa e normalização de trabalhos acadêmicos, indicando a necessidade de registrar as referências bibliográficas nos projetos de pesquisa. Porém, tais informações são apresentadas de forma muito sucinta e superficial.

Onze programas (12,64%) disponibilizam informações referentes à submissão de projetos ao Comitê de Ética em Pesquisa ou Comitê de Ética Animal.

Como vimos, pouquíssimos programas, apenas seis, registram em seus sites informações sobre a questão do plágio. Contudo, não foram encontrados registros de “definição” de plágio ou orientações de como fazer citações em trabalhos acadêmicos, como forma de não cometer plágio.

Segundo o Regimento Geral da UFMG, todos os programas de Pós-Graduação deveriam disponibilizar as Atas das reuniões do Colegiado. De acordo com o Artigo 17 § 2º, do Título II – Dos Órgãos Colegiados, Subtítulo I – Do Funcionamento: “Após aprovada, a ata terá caráter público e será disponibilizada na página eletrônica do órgão competente”. Contudo, o resultado da pesquisa nos mostra que além de pouquíssimos programas cumprirem essa normativa (apenas 18,40% do total), as Atas são divulgadas de forma bastante irregular, considerando a periodicidade na linha de tempo, e sem qualquer critério, portanto, totalmente em desacordo com o Regimento da Universidade. Entendemos que esse comportamento deve ser revisto pelos programas de Pós-Graduação uma vez que tornar públicas as discussões e decisões dos Colegiados faz parte do processo democrático, demonstra maturidade e transparência do Colegiado. Além disso, principalmente no serviço público, o acesso à informação é um direito de cidadania. Se não for para serem respeitadas, então por que se estabelecer normas? Nesse sentido, compete à Administração Central da UFMG acompanhar e cobrar dos diversos segmentos da Universidade o cumprimento das Normas estabelecidas por seus Órgãos de Deliberação Superior. Caso contrário, corre-se o risco de suas decisões caírem no descaso.

5.1 Iniciativas de formação docente e/ou discente em ética e integridade na



pesquisa

Com a intenção de avaliar os programas e/ou planos de ensino, ementas e bibliografias das disciplinas de Metodologia de Pesquisa ou disciplinas similares, assim como, verificar se abordam questões referentes à ética e integridade na pesquisa, plágio, autoplágio e formação profissional, foi realizada uma consulta aos programas de Pós-Graduação, solicitando informações sobre o plano de ensino das disciplinas de Metodologia de Pesquisa ou disciplinas similares. Da consulta realizada aos 87 programas, 31 programas responderam (35,63%), gerando o seguinte resultado:

- a) Onze Programas (35,48%) ofertam disciplinas de Metodologia de Pesquisa, mas as ementas e bibliografias das disciplinas ofertadas não registram itens referentes à ética e integridade na pesquisa e formação profissional.
- b) Treze Programas (41,93%) fazem algum tipo de referência e registram bibliografias que tratam da questão da ética e da integridade na pesquisa nas disciplinas de Metodologia de Pesquisa ofertadas.
- c) Quatro Programas (4,76%) informaram que não ofertam disciplinas específicas de Metodologia de Pesquisa. Contudo, vale registrar que um programa informou que os métodos de pesquisa são abordados em todas as disciplinas ofertadas, apesar de não ofertar a disciplina de Metodologia de Pesquisa.
- d) Um programa que não tem disciplina de Metodologia de Pesquisa ofertou uma disciplina, na bibliografia, constavam referências sobre formação docente e normas técnicas (Manual para a normalização de publicações técnico-científica).
- e) Um programa também faz referência ao “Manual para normalização para publicações técnico-científicas”.
- f) Um programa possui uma disciplina específica de “Metodologia do Ensino em Direito” que aborda a questão do ensino, da aprendizagem, da pedagogia e formação profissional docente.

Tendo em vista a relevância desses conteúdos para a formação dos alunos, jovens pesquisadores e visando complementar os dados desse estudo, foi realizada uma pesquisa no Sistema de Gerenciamento Acadêmico da Pós-Graduação da UFMG, com objetivo de verificar a oferta das disciplinas de Metodologia de Pesquisa



ou disciplinas similares nas grades curriculares dos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*. A consulta, no Sistema Acadêmico, foi feita buscando a palavra “Metodologia”. Um total de 179 disciplinas foram encontradas. Esse número informa todas as disciplinas que fazem ou já fizeram parte das matrizes curriculares dos cursos. Considerando, porém, que os conteúdos de algumas dessas disciplinas não abordavam, efetivamente, a questão da metodologia na pesquisa, foi realizada uma análise nas ementas de todas as disciplinas para filtrar essas informações. Restringimos a nossa análise ao período de 2014 a 2018. Dessa consulta, verificamos que 79 disciplinas que abordam conteúdos de metodologia científica foram ofertadas nesse período por 42 cursos, o que representa 48% do total dos cursos de Pós-Graduação da UFMG. Nessa pesquisa, constatamos que apenas três cursos ofertaram recentemente, de 2016 a 2018, disciplinas de metodologia de ensino.

Ainda com o objetivo de fundamentar e subsidiar a pesquisa, foi feita uma busca no Sistema Acadêmico a partir das palavras “Ética”, “Redação” e “Escrita”. Vinte disciplinas, com variação de nomes além de “Ética” se apresentaram, tais como: Bioética, Biossegurança e Bioética, Ética Aplicada à Saúde, Ética e Epistemologia da Psicanálise, Iniciação à Bioética, Seminários de Bioética, Tópicos Especiais e Tópicos Especiais em Ética e Política. Todavia, vale registrar que das 20 disciplinas, apenas 8 constam das grades curriculares atuais dos programas, as demais foram ofertadas em algum momento, mas atualmente não mais. O resultado das buscas pelas palavras “Redação” e “Escrita” não foi significativo, pois nos últimos cinco anos somente 7 disciplinas cujas ementas tratavam da questão da escrita acadêmica foram ofertadas. O mesmo ocorre com as disciplinas que tratam da redação científica, visto que apenas 8 foram ofertadas nos cursos de Pós-Graduação nos últimos cinco anos.

Dos dados apresentados, podemos observar que as disciplinas que abordam o conteúdo de metodologia são ofertadas com maior regularidade nos programas de Pós-Graduação do que as disciplinas de ética e integridade e de redação científica e escrita acadêmica. É possível que esses conteúdos sejam ofertados em disciplinas de Tópicos Especiais ou de Seminários. No entanto, acreditamos que, tendo em vista os índices registrados acima, não deve haver muitos programas que fazem isso regularmente e, nesse caso, os percentuais não seriam significativos a ponto de mudarem os resultados apresentados.



Em geral, considerando que a maioria dos Programas de Pós-Graduação ofertados pela UFMG são programas consolidados e bem conceituados, podemos observar que os resultados das pesquisas realizadas, tendo por base os diversos documentos e informações disponibilizadas, bem como a oferta de disciplinas que abordam métodos de pesquisa, ética e integridade na pesquisa, redação científica e escrita acadêmica, são pouco estudados e refletem o modo como o assunto é tratado na Pós-Graduação.

Dessa forma, podemos concluir que os temas aqui abordados, apesar de relevantes, não têm sido objeto de discussão da maioria dos programas. Esses temas também não têm sido discutidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho Universitário, Órgãos de Deliberação Superiores da UFMG, a não ser em situações pontuais, visto que nas Atas das reuniões desses Órgãos encontramos apenas os registros dos dois casos de plágio, que serão discutidos mais à frente.

Portanto, o resultado da pesquisa realizada junto aos Programas de Pós-Graduação e Órgãos de Deliberação Superior da UFMG, por meio de seus sites, é preocupante. Podemos afirmar que a Universidade não possui políticas institucionais de enfrentamento e combate ao plágio, demonstrando a necessidade de promover ações para diagnosticar o plágio e tomar medidas educativas, preventivas e corretivas, de acordo com o caso.

6 OS CASOS DE PLÁGIO NA UFMG

Os casos de plágios acadêmicos vêm ganhando visibilidade na imprensa nacional e internacional. No entanto, poucos casos chegam ao poder judiciário, pois a maior parte é resolvida administrativamente e internamente em cada instituição.

O estudo do plágio acadêmico é importante, pois se observa que poucas universidades possuem regras internas claras sobre quais os procedimentos administrativos devem ser adotados no caso de detecção de plágio. Apesar disso, podem ter consequências graves como a cassação de títulos, reprovações, exoneração de professores, como os dois casos ocorridos na UFMG que levaram à cassação dos títulos de Doutor e de Mestre de duas ex-alunas. Esses dois casos de plágio tramitaram nas instâncias máximas da Universidade, sendo um do Programa



de Pós-Graduação em Estudos Literários, da Faculdade de Letras (FALE) e, outro, do Curso de Lazer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO).

Os dois casos de plágio foram analisados em todas as instâncias que percorreram no âmbito da UFMG – Colegiados dos Cursos, Comissões de Sindicância e Administrativas Disciplinares, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho Universitário – de forma responsiva e criteriosa. Seguiram os protocolos previstos no Regimento Geral da Universidade e, somente após o cumprimento de todas as etapas, os casos foram julgados em instância máxima, no Conselho Universitário. Todo esse zelo demonstra que a UFMG não tomou nenhuma decisão sem antes ter esgotado todos os pontos que poderiam suscitar quaisquer dúvidas em relação aos casos que foram julgados. Essa postura da Universidade, a adoção de tais procedimentos, traz tranquilidade e segurança para a comunidade acadêmica, pois demonstra a seriedade da Universidade para tomar decisões, e esse “ritual” se aplica em qualquer situação. Nesse sentido, podemos assegurar que a UFMG foi extremamente zelosa, cautelosa e criteriosa na condução dos dois casos de denúncias de plágio: i) o caso do Doutorado em Estudos Literários da Faculdade de Letras; e ii) o caso do Mestrado em Lazer da Faculdade de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Contudo, também podemos afirmar que houve equívocos na tramitação de ambos os casos, pois os processos foram extremamente morosos, tendo em vista que o caso da Faculdade de Letras demorou 6 anos e 8 meses, considerando desde a sua denúncia até o seu julgamento no Conselho Universitário. O caso da EEFFTO teve duração de 5 anos e 2 meses até o seu julgamento final, com o agravante de a orientadora da aluna que cometeu plágio não ter sido ouvida na condução da oitiva dos envolvidos. Apesar da Universidade possuir trâmites claros e criteriosos para análise de processos administrativos e acadêmicos, em alguns momentos os processos ficaram “parados” por meses, sem qualquer pronunciamento da instância investigatória. Essa lentidão na tramitação de processos é associada à falta de eficiência na resolução de problemas. Por isso, é preciso avaliar e diagnosticar essa lentidão para melhorar o tempo de resposta dos órgãos envolvidos, visando maior celeridade e eficiência na tramitação dos processos.



Tomando por base os dois casos de plágio que tramitaram em todas as instâncias da Universidade, pareceu que a comunidade acadêmica desconhece, efetivamente, a real tramitação desses processos, assim como os prazos envolvidos, que não foram seguidos ou cobrados pela Administração Central.

Constatamos que os desfechos desses dois casos de plágio demonstraram a necessidade de a Universidade estabelecer políticas educativas de combate e prevenção ao plágio, como uma forma de evitar casos dessa natureza, que foram às últimas consequências: cassação dos títulos de mestre e de doutor de duas alunas.

Os dois casos de plágio relatados não foram os únicos encontrados nas Atas de reuniões de Colegiados de cursos de Pós-Graduação da UFMG. Outros seis registros de plágio foram relatados nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Antropologia, Ciência de Alimentos, Estudos Linguísticos e Direito. Os registros nas Atas listam apenas a decisão final do Colegiado sobre os casos, enquanto as discussões ocorridas durante as reuniões dos Colegiados não foram registradas em Atas. Esses seis casos foram resolvidos no âmbito dos Colegiados, sem a consequência dos casos da FALE e da EEEFTO.

7 REFLEXÕES SOBRE OS CASOS DE PLÁGIO

Considerando o universo da Pós-Graduação da UFMG, podemos aferir que o número de casos de plágio pode estar subestimado, visto que o número de programas que disponibilizam as Atas com as decisões dos Colegiados é pequeno, apenas 18,39%; ainda, desse percentual, muitos Programas não disponibilizam as Atas de forma regular, conforme já registrado. Portanto, isso não significa que outros programas não enfrentem problemas relacionados ao plágio, pois é provável que muitos casos são administrados e resolvidos pelos professores das disciplinas e orientadores, que atuam na linha de frente na relação com os alunos.

Entre os programas com casos de plágio identificados, observamos que o Programa de Arquitetura e Urbanismo tem se preocupado com a questão do plágio e com a qualidade das teses e dissertações dos alunos, visto que essas questões têm sido discutidas pelo Colegiado em vários momentos, como relatado nas Atas a que tivemos acesso. No Programa de Antropologia, o aluno acusado de plágio se



desculpou e disse que cometeu um equívoco, retificando o artigo publicado (retratação de artigo). No Programa de Ciência de Alimentos, a conclusão da Comissão de Sindicância foi que a denúncia de plágio não tinha fundamento, levando ao arquivamento do processo. Na Pós-Graduação em Direito, o caso de indício de plágio foi um pouco mais sério, uma vez que o aluno foi reprovado pela banca examinadora na defesa da dissertação. Todavia, o aluno teve a oportunidade de se justificar e de realizar nova defesa do trabalho. No Programa de Estudos Linguísticos, o caso de indício de plágio avaliado pelo Colegiado se assemelha aos casos de plágio que tramitaram nos Programas de Estudos Literários e Lazer em razão da morosidade. O fato de a comunidade desconhecer os trâmites adotados pela Universidade contribuiu para que isso ocorra. O desfecho desse caso não levou à cassação do título de mestre, pois foi dado um prazo de seis meses para a aluna efetuar as alterações necessárias na sua dissertação.

Diante do exposto, o que podemos afirmar é que no ambiente universitário, espaço em que o desenvolvimento de pesquisa e a busca de novos conhecimentos é constante, a prática de plágio é inaceitável, obviamente por ser ilegal e, também, porque retarda todo esse processo. Muitas vezes, o plágio não é fruto de má fé ou fraude; a preguiça, o engano e a desinformação também contribuem para que o plágio ocorra. Nesse sentido, é necessário falar sempre sobre esse assunto, educando e esclarecendo aos discentes as regras da comunicação científica, considerando que a escrita acadêmica tem rigor específico e que, para se apropriar dessa habilidade e se fazer autor, é necessário praticar continuamente.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da autoria é uma experiência que exige disciplina e dedicação, pois esse processo se faz com muito estudo, leitura, escrita e reescrita de textos. A academia estabelece normas para o desenvolvimento da pesquisa e da escrita acadêmica – registro formal do trabalho científico – precisa, do mesmo modo, pautar-se pelo rigor para que alcance legitimidade e autenticidade. Contudo, as convenções e normas dessa escrita acadêmica precisam ser divulgadas e conhecidas pelos pesquisadores que delas irão se valer, o que nem sempre acontece, como pudemos



identificar nas estruturas curriculares dos Programas de Pós-Graduação da UFMG. Constatamos, ao contrário, que existe uma lacuna na abordagem desse assunto, já que esse conhecimento, muitas vezes, não é tematizado de forma crítica junto aos alunos. Como consequência, a falta de qualificação do pesquisador a respeito dos procedimentos de escrita e registro de suas pesquisas pode ser um fator que favorece a prática do plágio.

Para lidar com essas questões, o combate ao plágio no ambiente acadêmico deve ser pensado de forma institucional, com o envolvimento de todos os atores, com a instituição, docentes e discentes para juntos estabelecerem diretrizes indicando ações preventivas e educativas para minimizar esse problema. Nestas diretrizes, é importante constar a definição de plágio, as formas de evita-lo, conjugadas com informações sobre as normas da escrita científica, pois, muitas vezes, o plágio é cometido de forma inconsciente ou acidental pelo desconhecimento dessas normas. Esses esclarecimentos são relevantes para que sejam estabelecidas as sanções para quem comete plágio por opção, isto é, de forma consciente, demonstrando a falta de conduta ética.

Com o objetivo de combater o plágio, divulgar as boas práticas de pesquisa e as normas de redação científica, muitas instituições têm trabalhado em conjunto com as bibliotecas universitárias. Os profissionais desta área lidam com a organização da informação, podendo esclarecer, por exemplo, a forma correta de fazer paráfrases e citações, dando os devidos créditos ao autor; o que pode contribuir para que o plágio não ocorra.

Para além do que foi visto e exposto, um ponto importante a ser ressaltado é a concepção de autor na modernidade. Esta concepção vem se alterando ao longo da história e precisa ser discutida institucionalmente, visto que, hoje, muitas pesquisas, assim como a divulgação de seus resultados, são realizadas de forma coletiva, não sendo sempre possível a identificação da autoria. Em alguns casos, a identificação do autor não é mesmo importante a depender do contexto, como é o caso da Wikipédia, licença livre de código aberto, que tem por princípio a construção coletiva de textos sem autoria definida. Nesse ambiente, o conhecimento é construído coletivamente a partir da contribuição de cada indivíduo.

Cabe mencionar, ainda, a relevância de considerarmos os conceitos de



polifonia e intertextualidade que também vêm sendo colocados como forma de compartilhamento de ideias. A polifonia, segundo os estudos realizados por Bakhtin, marca a multiplicidade de vozes presentes numa mesma obra, indicando a presença de obras que aparecem dentro de outra; e a intertextualidade, termo utilizado pela filósofa Júlia Kristeva a partir de estudos da obra de Bakhtin, cuja definição assegura que “todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto” (KRISTEVA, 2005, p. 68). O uso dessas abordagens tem por objetivo a construção de algo novo, que contribuirá para o desenvolvimento do conhecimento, não cabendo, portanto, a reprodução por si só, muito menos o “roubo” de ideias ou o plágio.

O resultado da pesquisa realizada mostra que a falta de sistematicidade de ações institucionais para lidar com o problema do plágio no meio acadêmico torna necessário repensar a formação dos alunos. Para tanto, é importante estabelecer ações pedagógicas, de responsabilidade ética para a realização de pesquisa e elaboração de textos científicos, bem como ressaltar as boas práticas de pesquisa para combater o plágio. Trata-se, portanto, de um problema de gestão, ou seja, é importante reconhecer a lacuna existente na instituição para lidar e enfrentar essa situação.

Por fim, concluímos que é necessária a indicação de políticas institucionais de combate ao plágio na UFMG e, possivelmente, em outras instituições de ensino superior. Dessa forma, sugere-se a elaboração de uma Resolução do Conselho Universitário ou do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão com diretrizes da Universidade sobre o tema. Na Resolução, seria importante constar os procedimentos que devem ser adotados nos casos de suspeição de plágio, com a informação dos Órgãos responsáveis pela abertura dos processos de sindicância e administrativos, as instâncias de julgamento, assim como, o estabelecimento dos prazos para a tramitação dos processos nas instâncias de análise.

ZÉLIA PIRES DA SILVEIRA

Diretora Acadêmica da Pró-Reitoria de Pós-Graduação Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Psicologia. Mestre em Educação e Docência, com área de concentração em Ensino e Aprendizagem, pela UFMG em 26/11/2018.



EUCÍDIO PIMENTA ARRUDA

Graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre e Doutor em Educação pela UFMG. Trabalha na Faculdade de Educação da UFMG, na área de Políticas Públicas em Educação e Tecnologias de Informação e Comunicação. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão.

DURCELINA ERENI PIMENTA ARRUDA

Mestre e Doutora em Educação, Especialista em Planejamento Implementação e Gestão em Educação a Distância na perspectiva do Design Educacional e Especialista em Docência no ensino superior, Licenciada em Pedagogia, Bacharel em Turismo. Professora do Mestrado profissional em Educação na Linha Educação Tecnológica.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. S. *Sobre o direito de autor e sua função social*. Revista Eletrônica do Curso de Direito–PUC Minas Serro, n. 2, p. 143-164, 2010. Disponível em: <http://seer.pucminas.br/index.php/DireitoSerro/article/view/1344>. Acesso em: 13 ago. 2017.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo. Martins Fontes, 1997.

CAPES, *Classificação da produção intelectual. Qualis – Periódicos*. 2016. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>. Acesso em: 10 ago. 2017.

DEMO, P. *Formação permanente e tecnologias educacionais*. In: Formação permanente e tecnologias educacionais. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2011.

DINIZ, D.; MUNHOZ, A. T. M. *Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica*. *Argumentum. Vitória (ES)*, v. 1, n. 3, p. 11-28, jan./jun., 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/1430/1161>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

FÁVERO, M. de L. de A. *A universidade, espaço de pesquisa e criação do saber*. Educação e filosofia. v. 13, n. 25, p. 249-259, 1999. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewFile/806/722>. Acesso em: 24 ago. 2017.

KRISTEVA, J. *Introdução à semanálise*. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. 2005. Disponível em https://kupdf.com/download/introducao-a-semanalise-julia-kristevapdf_58d00ac9dc0d60213ac346cc_pdf. Acesso em: 25 out. 2017.



KROKOSZ, M. *A abordagem de plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil*. Revista Brasileira de Educação. v. 16 n. 48, set.-dez., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a11.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2017.

KROKOSZ, M. *Plágio: onde está e por que acontece?* Entrevistado por Elizabeth A. Dudziak e Sibeles Fausto. SIBiUSP- 2015. Disponível em <http://www5.usp.br/96039/plagio-onde-esta-e-por-queacontece/> Acesso em: 11 ago. 2017.

LOTT, T. V. *Direitos autorais na era digital*. Omnia Humanas. v.4, n. 2, p. 18-75, 2011. Disponível em: <https://slidex.tips/download/faculdades-adamantinenses-integradas-fai-34>. Acesso em: 13 mar. 2017.

OLIVEIRA, R. S. *Direito autoral: Evolução e Funcionalidade*. Conteúdo Jurídico. Brasília-DF: 19 nov. 2011. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.34214&seo=1>. Acesso em: 21 out. 2017.

PITHAN, L. H.; VIDAL, T. R. A. *O Plágio Acadêmico com um Problema Ético, Jurídico e Pedagógico*. Revista Direito & Justiça da PUCRS. Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 77-82, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/13676/9066>. Acesso em: 14 jun. 2017.

SIMÕES, A. G. *O crime de plágio e suas variações no ambiente acadêmico*. Âmbito Jurídico. Rio Grande do Sul, XV, n.96, Jan 2012. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11057. Acesso em: 27 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Normas Gerais de Pós-Graduação da UFMG. *Resolução Complementar Conselho Universitário nº 021/2017, de 04 de julho de 2017*. Disponível em: https://www.ufmg.br/prpg/categoria_normas/normasacademicas/. Acesso em: 21 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2023*. Disponível em: <https://www.ufmg.br/pdi/2018-2023/>. Acesso em: 09 jun. de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Regimento Geral da UFMG. *Resolução complementar N. 03/2018, de 17 de abril de 2018*. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Sobre-a-UFMG/Regimento-Geral>. Acesso em: 10 jun. de 2018.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Indicadores*. Disponível em:
https://www.ufmg.br/prpq/index.php?option=com_content&view=article&id=59&Itemid=78
<<http://somos.ufmg.br/indicadores>. Acesso em: 22 jun. 2017.

Recebido em: 17/02/2020

Aprovado em: 22/04/2020